



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15004 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)
 ISSN: 2595-7945
 GT 02 - História da Educação

RONDÔNIA, “ESPAÇOS VAZIOS DA AMAZÔNIA”: O PROJETO DE COLONIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Helen Arantes Martins - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

Heloísa Helena Pimenta Rocha - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

RONDÔNIA, “ESPAÇOS VAZIOS DA AMAZÔNIA”: O PROJETO DE COLONIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS

Os objetivos desta pesquisa foram investigar, por meio de fotografias, as tramas da organização das escolas no município de Vilhena, Rondônia, região que se situa em meio à Amazônia e as transformações ocorridas em decorrência da colonização da região ao longo dos anos da ditadura civil-militar. As fotografias foram encontradas nos arquivos escolares - reunidas em álbuns e, algumas avulsas, acondicionadas em envelopes, outras soltas entre as folhas dos álbuns - datam de 1960 e encerram-se no período de 1980 a 1989, quando consolidou a implantação das instituições escolares no município de Vilhena. Assim, o período delimitado para o estudo abrangeu o período entre 1960 (criação da 1ª escola) e 1989 (data da última fotografia do álbum).

Atas de reuniões pedagógicas, relatórios, textos legais, jornais e revistas da *Hemeroteca da Biblioteca Nacional* e de acervos particulares também foram analisados a fim ampliar a compreensão sobre o projeto de colonização e a construção das escolas públicas.

O que os registros fotográficos podem nos contar sobre a região? O que o conjunto de fotografias revela sobre as escolas de Vilhena? Foram os questionamentos levantados e alicerçaram-se em Le Goff (2013) ao narrar que o historiador é aquele que ordena a documentação que irá pesquisar em uma sequência de investigação e de escolha. Ao ler o documento, o historiador deve estar ciente que sua produção não é inocente: “Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado” (Le Goff, 2013, p.

108). Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de serem tratados e explorados por ele. Além disso, entendemos que os documentos não falam por si só, existindo a necessidade de questioná-los.

As fotografias evidenciaram a formação de uma cultura cívica e nacionalista a qual, em grande medida, entrava em conflito com outras formações sociais já existentes na região, como por exemplo, aquelas organizadas pelos indígenas. O processo de migração foi parte de uma estratégia que delimitou uma política colonizatória na região, que desconsiderava os povos indígenas e qualquer forma de organização alternativa. Assim, destaca-se a criação das escolas como representação de uma suposta “modernidade” para a região e como as sociedades lidavam com esse projeto de implantação.

Os períodos de 1970 a 1980 estão atrelados a conflitos sobre o processo de expansão das escolas no município de Vilhena. Dessa maneira, o movimento de organização da educação buscava formar e legitimar as reivindicações estabelecidas pelo governo. A sociedade brasileira estava sendo construída sob uma política militar, sobretudo com formações alinhadas a missão cívica e nacionalista. O golpe civil-militar atingiu reformas na linha de estudos relacionados à economia, à política e à educação. Em torno das metas educacionais, os civis-militares voltavam-se para a capacitação de atividades práticas e preparação profissional para o desenvolvimento social e econômico do país. As escolas foram sendo construídas e, com isso, suas práticas educativas, seus conteúdos programáticos e a organização pedagógica. Essas ações, esses ideais políticos acabaram por entrar em choque com a cultura indígena existente neste espaço e o modo de organização do município de Vilhena.

A cidade de Vilhena teve a primeira escola criada no ano de 1960, denominada Escola Isolada Wilson Camargo. Ela começou a funcionar no ano de 1962, de acordo com o decreto de nº 353, de 10/08/1960. Anteriormente a esse período, a educação escolar funcionava nas residências dos moradores da cidade e atendia algumas crianças do vilarejo e, também, crianças indígenas. A escola funcionava, a princípio, com o ensino multisseriado devido à limitação de espaço e de professores. A difusão do ensino homogeneizava as diferentes características dos alunos, reunindo todos em salas únicas e submetendo-os a conteúdos organizados e tempo ordenado de horários estabelecidos em programas curriculares.

A construção da escola foi um dos indicadores de modernidade e fortaleceu a permanência dos migrantes na região. A estrutura escolar deveria atender às amplas necessidades da população, isto é, a formação de cidadãos aplicava-se à consagração e à sintonia com as expectativas de desenvolvimento econômico e social projetado para a modernização da Região Norte pelo governo central.

Os estudos sobre o contexto histórico desse período demonstram inquietações do período da ditadura civil-militar que se iniciou em 1964 e perdurou até o ano de 1985. Com a posse de militares no poder público, várias estratégias foram traçadas, principalmente no

campo econômico e nas políticas educacionais do país. Como meta do setor econômico, os dirigentes que estavam no poder empenharam-se em projetos de colonização, sobretudo aqueles voltados para a região amazônica. Representantes políticos militares visavam, para a Região Norte, a abertura de rodovias ligando Brasília ao Acre. As estratégias voltavam-se para programas de aumento dos campos de agricultura e a constituição de escolas como estratégia na consolidação dos projetos. O movimento de expansão de um modelo escolar com princípios nacionalistas no Brasil inseriu-se também nos currículos e, conseqüentemente, no cotidiano escolar.

As perspectivas de mudanças no setor educativo foram realizadas em paralelo a uma política de incentivo à migração para a região. Estes migrantes, vindos, sobretudo, da Região Sul do país, entravam em choque com as culturas já existentes na região, em especial a indígena. Portanto, foi neste cenário que começaram a se formar uma nova sociedade em que conflitos e imposições, com características evidentes de um movimento colonizatório, passaram a se tornar uma prática cotidiana.

O movimento de expansão e polarização dos ideais militares estava vinculado ao crescimento da indústria brasileira, alterando a estrutura política nacional. Houve uma transformação por meio da urbanização, da construção de edificações de escolas, de centros cívicos e de uma organização do currículo escolar com vinculação da educação pública aos interesses e às necessidades do mercado (Fico, 1997, p. 36), ou seja, pautados pelos ideais colonizatórios e contrários às culturas já existentes na região.

Assim, por exames de jornais e revistas produzidos no período em questão é possível verificar que a sociedade brasileira, e, conseqüentemente, o Território Federal de Rondônia, estava inserida nas tramas e conflitos do regime civil-militar, sendo que as instituições escolares foram eleitas pelo Estado como lugares estratégicos para o ensino e formação de cidadãos brasileiros com qualidades morais e cívicas tal como era defendido pelos militares.

Historicamente, a Amazônia fazia parte do Projeto de Integração Nacional cujo objetivo era potencializar a economia da região e torná-la visível economicamente no país e, com isso, levar à modernização. O investimento inicial para a Região Norte foi a autorização de construção de rodovias para ligar a região aos demais estados do Brasil. A construção da rodovia “Marechal Rondon” tinha como pretensão cortar a Floresta Amazônica de maneira transversal. O governo do Território Federal de Rondônia, representado por Humberto da Silva Guedes, acreditava que a obra simbolizava um marco no processo de modernização e desenvolvimento econômico do território.

As características regionais e culturais não foram levadas em consideração, bem como o respeito às condições dos povos da região. Os planos culminaram em intensas estratégias de colonização no período de 1970-1980. Nesse período, Ernesto Geisel (1974-1979) e, posteriormente, João Figueiredo (1979-1985) deram continuidade ao surto de projetos e construções de infraestruturas e pavimentações de estradas. As articulações envolveram,

inclusive, propagandas nos jornais, rádio e televisão de todo o país, com o objetivo de convencer pessoas a ocuparem terras na Região Norte.

Os recursos de propaganda foram intensamente utilizados nas campanhas de colonização para essa região do país. O slogan “Vamos ocupar os espaços vazios da Amazônia” foi o carro chefe das campanhas que estavam ligadas ao golpe civil-militar ocorrido em 1964. Segundo Gomes (2019), no ano de 1963, o então chefe de estado, João Goulart, propôs um projeto de reforma agrária cujo principal objetivo era redistribuir as terras. Os ideais de João Goulart causavam temor na elite fundiária nacional, levando as forças civis-militares a antecipar o golpe de 1964. A justificativa do golpe pairava sob a acusação de que João Goulart, por meio de propostas de reformas, especialmente, as Reformas Agrárias, pretendia implantar ideias liberais na sociedade brasileira, mudando a estrutura política e social da nação. O fato de o cenário brasileiro estar em conflito e a política econômica em desequilíbrio levaram ao fracasso de João Goulart. Essa ação levou os civis-militares a promover o programa de ocupação dos espaços vazios da Amazônia, incentivando a população a apoiar o desenvolvimento econômico do país. A doutrina de Segurança Nacional, formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG), foi a justificativa para a ocupação da Amazônia (Gomes, 2019). O ideal disseminado com a implantação da ESG era a proteção das fronteiras do país e a preparação contra eventuais conflitos e invasões, além da promoção de uma economia mais dinâmica.

O movimento de segurança nacional foi uma estratégia para conter e controlar as reformas agrárias, despolitizando e mudando o foco da população e da luta pela terra. Dessa forma, em 1970, as estratégias políticas civis-militares acentuaram as chamadas de ocupação, aquelas com abertura de estradas, impulsionando a migração de homens ávidos por riquezas e progresso. Porém, as terras não estavam “vazias” como foi disseminado nas mídias que circulavam pelo mundo, existiam pessoas que moravam na região, tais como sociedades indígenas e pequenos agricultores.

Assim, a Amazônia, considerada como a grande fronteira que ainda estava sem proteção, transformou-se em um cenário de intensa e violenta dominação das terras que contrapunham indígenas e migrantes. Vilhena, município inserido no estado de Rondônia, era um vilarejo com poucas casas, onde se agrupavam pequenas famílias e sociedades indígenas, que, espalhadas ao longo das florestas, sobreviviam de recursos naturais, de criação de animais e de plantações em pequenos campos, abertos manualmente.

Com a transferência da massa trabalhadora para a Região Norte, com o crescimento regional e com a urbanização, foram sendo incorporadas construções de novas estruturas, trazendo a presença de pessoas com costumes, modos e origens diferentes e diversos dos que lá já viviam. Não demorou muito para os conflitos emergirem na sociedade, com as transformações do que antes era floresta em áreas fundiárias, permitindo a entrada de uma suposta modernização e produção agropecuária para o mercado. No Território Federal de Rondônia, durante o governo civil-militar tendo como governador o militar Paulo Nunes Leal

(1958-1961), muitas escolas isoladas foram construídas ao longo das vilas que se encontravam organizadas à beira da Rodovia 029 (principal via da Região Norte, hoje atual 364).

Palavras-chave: Vilhena. Colonização. Escolas Públicas.

Referências

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo:** ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GOMES, Eliane Teodoro. **A colonização em Rondônia (1970-1980):** estudo da atual configuração fundiária da área do PIC Ji-Paraná. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

LE GOFF, Jacques. **História & Memória.** 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.